

TERESOPOLITANAS

Prefeitura de Teresópolis



Ação foi ministrada por médicas infectologistas

Saúde realiza capacitação sobre tuberculose

Visando o maior conhecimento dos servidores e o atendimento mais humanizado e acolhedor a população, a Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Vigilância Epidemiológica, da Subsecretaria de Vigilância em Saúde, promoveu uma capacitação

sobre a tuberculose para profissionais da Atenção Básica envolvidos no enfrentamento à doença. A qualificação aconteceu durante dois dias, no auditório da Secretaria de Saúde, e reuniu mais de 30 profissionais das Unidades Básicas de Saúde e ESF de Teresópolis.

Conhecimento

Durante o treinamento, que foi acompanhado pelo Subsecretário de Atenção Primária, Júlio César, os profissionais puderam conhecer as características gerais e epidemiológicas da infecção latente.

COMDEMA

Na quarta-feira, 6 de agosto, aconteceu no Teatro Municipal, dentro da sede da Prefeitura a posse dos novos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).

Tratamento

Os profissionais foram introduzidos aos esquemas terapêuticos disponíveis para o diagnóstico e tratamento, além de aprender a identificar populações vulneráveis ou prioritárias.

Formação

Esse também foi o primeiro encontro do novo grupo, que já começou os trabalhos com a formação das câmaras técnicas de Saneamento e Legislação e Câmara temática de Educação Ambiental.

MPRJ obtém condenação por homicídio em Três Rios

De acordo com as investigações, o crime foi encomendado

O Grupo de Atuação Especializada do Tribunal do Júri (GAEJURI/MPRJ) obteve, na terça-feira (05/08), a condenação de dois réus pelo homicídio triplamente qualificado de um homem, em julgamento realizado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Três Rios. A sessão, que durou cerca de 12 horas, resultou na condenação de Wesley Bruno Vicente da Silva, réu confesso, a 15 anos de prisão, e de Jorge Vicente a 23 anos e 4 meses, com agravante de reincidência. Ambos cumprirão pena em regime fechado. O terceiro réu, Paulo José Lima Júnior, foi absolvido pelo Conselho de Sentença.

A sessão do Tribunal do Júri contou com a presença da subcoordenadora do GAEJURI/MPRJ, promotora de Justiça Roberta Maristela dos Anjos. Atuaram em plenário os promotores de Justiça Daniela de Oliveira Lima Peroba, Matheus Rezende e Sérgio Ricardo Fernandes Fonseca, integrantes do GAEJURI/MPRJ, e a promotora de Justiça Gabriela da Costa Lopes, titular da 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Três Rios.



Divulgação

A sessão, que durou cerca de 12 horas e resultou na condenação dos dois réus

Crime sob encomenda

De acordo com as investigações, o crime foi encomendado por um chefe do tráfico, que teria prometido aos executores pedras de crack e a eventual posse de uma arma pertencente à vítima como recompensa. Com base em provas técnicas e na argumentação apresentada em plenário, o Conselho de Sentença acolheu integralmente a tese do MPRJ, reco-

nhecendo que a execução foi premeditada, praticada com extrema violência e motivada por interesses torpes. Diante disso, foram reconhecidas as três qualificadoras: motivo torpe, promessa de recompensa e recurso que dificultou a defesa da vítima.

Para a coordenadora do GAEJURI/MPRJ, promotora de Justiça Simone Sibilio, a decisão reafirma o compromisso

do Ministério Público com a defesa intransigente do direito à vida e com uma atuação qualificada e técnica, conforme preconiza a Corte Interamericana de Direitos Humanos. “A condenação dos culpados ratifica os direitos das vítimas e reafirma a importância de uma sociedade civilizada que responsabiliza os autores de violações aos direitos humanos”, declarou a promotora.

Direito à terra do Quilombo da Tapera é pauta de audiência pública

Por Leandra Lima

“Terra é território coletivo, condição de vida, de cultura e autonomia”. Esse conceito abriu a audiência pública, realizada na terça-feira (5), na Câmara Municipal, através do mandato da vereadora Júlia Casamasso (Psol), que tratou da titulação do Quilombo da Tapera, única comunidade remanescente da cidade de Petrópolis, que existe na região há mais de 100 anos. Na sessão estiveram presentes representantes do Tapera, da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), sociedade civil, ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a parlamentar Professora Livia (PCdoB). Além das partes, o Executivo municipal foi convidado para integrar as discussões, que também visavam melhorias e acesso aos direitos básicos, como transporte para a comunidade. No entanto, apesar de formalmente convidados, não compareceram à agenda.

A ação repercutiu de forma negativa, e a ACQUILERJ repudiou o fato, considerando desrespeito institucional e invisibilização da luta quilombola por direitos constitucionais. “Petrópolis, conhecida historicamente como ‘Cidade Imperial’, foi construída com a força e o sangue de pessoas negras escravizadas. Negar-se a dialogar com descendentes diretos dessas pessoas, que hoje reivindicam o direito à terra e à dignidade, é perpetuar uma estrutura de racismo institucional e exclusão histórica”, trecho da nota.

A “Cidade de Pedro” foi planejada em cima de um sistema de exclusão que ainda hoje ressalta o berço de um Império forjado para poucos, inviabilizando os marcos da população negra, da classe trabalhadora e agricultora, apagando toda herança e memórias daqueles que participaram da construção de cada etapa e lutaram pela permanência como indivíduos na cidade. Nesse contexto, a audiência foi considerada



Arquivo pessoal

Atualmente 70 pessoas residem na comunidade

um marco histórico pela liderança do Tapera, Denise Barbosa, que reforçou que a titulação é importante para a garantia do direito à terra, ao respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade.

O quilombo, que nasceu em 1847, quando a cidade tinha apenas quatro anos, surgiu em meio à luta dos escravizados alforriados que viviam na fazenda Santo Antônio. Dona Sebastiana Augusta da Silva Correia foi a matriarca fundadora do quilombo, viveu 120 anos, era rezadeira e conhecedora de ervas medicinais.

Resguardar a memória

Resguardar a memória, os saberes e o respeito ao meio ambiente, além da garantia dos direitos sociais básicos, é a bandeira levantada pela parlamentar Júlia Casamasso ao justificar que a audiência vai muito além de um debate jurídico ou técnico. “É uma ação que revela um direito fundamental de uma dívida histórica e uma urgência coletiva. Garantir que o quilombo do Tapera tenha o território reconhecido, protegido e titulado. Falar de titulação é falar da permanência na terra com dignidade, enfrentar o racismo estrutural que se expressa na desigualdade fundiária, na omissão do Estado e na invisibilização dos saberes”, ressaltou.

Júlia e a Professora Livia ex-

pressam que o caso do Tapera revela a lentidão e os entraves do Estado, mas escancaram a contribuição coletiva. “Nesse cenário nenhum projeto de cidade será legitimado enquanto seguir expulsando os povos e apagando as memórias”, indagou Júlia.

Enquanto isso, Livia trouxe ao debate o racismo institucional sofrido pela comunidade, enfatizando a fala do juiz responsável por um dos trâmites da garantia da terra: “A decisão do juiz não considerou a potência do quilombo, pois usou termo ultrapassado para caracterizar a forma de organização, tachando como uma organização de pessoas fugidas e refugiadas”, disse.

Denise Barbosa reforça a potência da região, que fica no Vale do Cuiabá, em Itaipava, depois de um “condomínio luxuoso” de casas. “Resistimos desde 1847, a todo pagamento histórico. A titulação é importante para todos os territórios quilombolas que são afetados pelas especulações imobiliárias”, reforçou.

Processo regulatório

O Tapera iniciou o processo de reconhecimento em 2013. Durante anos ocorreram movimentações junto ao INCRA, que é o responsável pela titulação. Em 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Rela-

tório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das terras. Um documento que reúne estudos técnicos e informações históricas, antropológicas, cartográficas, fundiárias, agrônômicas, geográficas e socioeconômicas, que permitem identificar os limites do território, visando à titulação coletiva da área em benefício das famílias. O relatório constatou que a comunidade da Tapera é composta por 27 famílias e destacou que o território identificado e delimitado possui área de 594.7364 ha e perímetro de 10.744,94 m.

Devido à demora no processo, foi questionado na audiência o andamento junto ao INCRA. A representante Elisa Ribeiro Alves respondeu que o relatório será publicado entre esta semana ou a próxima no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o que representa mais um passo para agilizar o processo. “Com a publicação no Diário Oficial do Estado, começamos a fazer as notificações aos proprietários e aos confrontantes. E também a comunicação aos órgãos para iniciar uma negociação em relação ao território”, explicou.

Recorte estadual

Em relação à titulação, Ana Beatriz, presidente da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro, informou que existem em todo o estado 54 territórios quilombolas, porém apenas quatro desses são titulados. Para ela, a luta do Tapera é importante para reforçar a ideia dos que construíram Petrópolis. “Ser negro no Brasil é difícil, ser quilombola é mais ainda. Quando vemos um município como Petrópolis, que é negro, porque quando a gente entra e vê todas as obras que estão nesse lugar, sabemos quem construiu essa cidade e há quantas duras penas foi construída com choro, suor, lágrima, morte e escravidão. Então entendemos que dentro dessa polis existe uma população quilombola que vem resistindo dia após dia”, enfatizou.

CORREIO SERRANO

Divulgação

PROJETO RETIFICAR

O Município de Teresópolis, recebeu nos dias 5 e 6 de agosto, o mutirão do Projeto Retificar voltado para a correção e complementação de informações no Cadastro Ambiental Rural (CAR) de imóveis rurais. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Instituto Estadual do Ambiente, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro e o Sindicato Rural de Teresópolis.



Ação foi gratuita

Serviços oferecidos

O mutirão foi realizado com o objetivo de auxiliar gratuitamente, produtores rurais na regularização ambiental de suas propriedades, promovendo o aprimoramento dos dados declarados no CAR. Essa etapa é essencial para o acesso a políticas

públicas como crédito rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Nesses dois dias, o Projeto Retificar atendeu a 30 produtores rurais. Durante o mutirão, os participantes contaram com atendimento técnico especializado.

Concurso I

Prefeitura de Cordeiro publica a Portaria nº 538/25, que institui a Comissão Organizadora do Concurso Público para o provimento de cargos efetivos no município. A comissão é composta por servidores da administração e um representante da OAB.

Prazo I

Termina nesta sexta-feira, dia 8 de agosto, o prazo de inscrição para mais de 190 vagas remanescentes, distribuídas por 14 cursos e oficinas gratuitas na Casa de Cultura Adolpho Bloch (Praça Juscelino Kubitschek, bairro de Fátima) no município de Teresópolis.

Concurso II

Com a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar, controlar, gerir e fiscalizar todas as etapas do certame, a comissão terá atribuições específicas, entre elas: Analisar propostas para a prestação dos serviços de realização do concurso público.

Agenda

O prefeito de Três Rios, Jonas Dico, participou de um encontro com moradores do distrito de Bemposta e representantes da Associação de Moradores. Secretários municipais, vereadores e do Comandante do 38º BPM estiveram presentes.